

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	50
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	343.000
Preferenciais	240.000
<b>Total</b>	<b>583.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	190.770	185.356
1.01	Ativo Circulante	54.863	49.776
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13	45
1.01.02	Aplicações Financeiras	21	206
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	21	206
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	21	206
1.01.03	Contas a Receber	26.868	20.290
1.01.03.01	Clientes	26.868	20.290
1.01.04	Estoques	23.335	23.847
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.969	4.051
1.01.07	Despesas Antecipadas	22	71
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	635	1.266
1.01.08.03	Outros	635	1.266
1.02	Ativo Não Circulante	135.907	135.580
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.249	3.842
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	75	385
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.202	1.714
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.202	1.714
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.972	1.743
1.02.01.09.03	Imposto a Recuperar	119	117
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	533	308
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.320	1.318
1.02.02	Investimentos	13.905	13.817
1.02.02.01	Participações Societárias	227	139
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	227	139
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.678	13.678
1.02.03	Imobilizado	117.243	117.428
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	117.243	117.428
1.02.04	Intangível	510	493

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	190.770	185.356
2.01	Passivo Circulante	152.285	143.770
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.695	47.292
2.01.02	Fornecedores	11.699	10.909
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.477	32.410
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	34.424	34.567
2.01.05	Outras Obrigações	18.990	18.592
2.01.05.02	Outros	18.990	18.592
2.01.05.02.04	Parcelamento Tributário	17.954	17.506
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	1.036	1.086
2.02	Passivo Não Circulante	37.978	41.138
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	25.743	27.847
2.02.02	Outras Obrigações	8.860	9.916
2.02.02.02	Outros	8.860	9.916
2.02.02.02.03	Parcelamento Tributário	8.860	9.916
2.02.04	Provisões	3.375	3.375
2.03	Patrimônio Líquido	507	448
2.03.01	Capital Social Realizado	9.214	9.214
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.183	1.203
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-43.150	-43.521
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.260	33.552

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.553	29.919
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-27.269	-24.457
3.03	Resultado Bruto	9.284	5.462
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.609	-4.441
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.407	-2.931
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.932	-1.824
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	730	314
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.675	1.021
3.06	Resultado Financeiro	-4.930	-5.800
3.06.01	Receitas Financeiras	1.048	409
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.978	-6.209
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-255	-4.779
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	314	1.523
3.08.01	Corrente	-174	0
3.08.02	Diferido	488	1.523
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	59	-3.256
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	59	-3.256
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,10120	-5,58000
3.99.01.02	PN	0,10120	-5,58000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	59	-3.256
4.03	Resultado Abrangente do Período	59	-3.256

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.677	5.724
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.467	2.906
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Antes do IR e CSLL	-255	-4.779
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.555	1.580
6.01.01.04	Juros e Variação Cambial	5.192	5.861
6.01.01.05	Baixas de Imobilizado	149	244
6.01.01.06	IR e CSLL Correntes	-174	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.790	2.818
6.01.02.01	Redução/(Aumento) de Clientes	-6.578	-4.197
6.01.02.02	Redução/(Aumento) dos Estoques	512	-351
6.01.02.03	Redução/(Aumento) de Outros Ativos	445	371
6.01.02.04	Redução/(Aumento) de Fornecedores	790	2.716
6.01.02.05	Redução/(Aumento) de Obrigações Societárias e Trabalhistas	2.583	4.744
6.01.02.06	Redução/(Aumento) de Obrigações Tributárias	2.854	2.533
6.01.02.07	Redução/(Aumento) de Outras Variações de Passivos	-50	71
6.01.02.08	Juros Pagos	-3.346	-3.069
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.041	-1.406
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-1.503	-1.920
6.02.02	Aquisição de Intangível	-33	-17
6.02.05	Variação de Aplicações Financeiras sem Liquidez Imediata	495	531
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.668	-4.268
6.03.01	Captação de Empréstimos	33.098	31.040
6.03.03	Pagamento de Empréstimos, incluindo juros	-35.766	-35.308
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32	50
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45	82
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13	132

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-43.521	34.755	448
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-43.521	34.755	448
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59	0	59
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59	0	59
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	312	-312	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	473	-473	0
5.06.05	Tributos sobre a Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-161	161	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-43.150	34.443	507



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-38.856	36.099	6.457
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-38.856	36.099	6.457
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.256	0	-3.256
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.256	0	-3.256
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	339	-339	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	513	-513	0
5.06.05	Tributos sobre a Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-174	174	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-41.773	35.760	3.201

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	49.664	41.157
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	49.415	41.117
7.01.02	Outras Receitas	249	40
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.465	-18.071
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.564	-11.530
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.513	-6.865
7.02.04	Outros	612	324
7.03	Valor Adicionado Bruto	28.199	23.086
7.04	Retenções	-1.555	-1.580
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.555	-1.580
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.644	21.506
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.048	409
7.06.02	Receitas Financeiras	1.048	409
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	27.692	21.915
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	27.692	21.915
7.08.01	Pessoal	12.425	11.207
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.257	9.308
7.08.01.02	Benefícios	1.518	1.337
7.08.01.03	F.G.T.S.	650	562
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.903	9.460
7.08.02.01	Federais	5.358	4.544
7.08.02.02	Estaduais	5.542	4.837
7.08.02.03	Municipais	3	79
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.305	4.504
7.08.03.01	Juros	4.080	4.324
7.08.03.02	Aluguéis	225	180
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	59	-3.256
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	59	-3.256

**Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DO DESEMPENHO****1 – RECEITA LIQUIDA**

As vendas líquidas no 1º trimestre de 2014 registraram um aumento de 22,17% com relação ao mesmo período de 2013. O fornecimento para o segmento de caminhões e maquinas agrícolas teve boa performance no trimestre porem, a Companhia registrou um importante incremento para o setor ferroviário que, juntos, estes dois segmentos apresentaram aumento de 28,18% no período. No mercado de reposição tivemos aumento nas vendas líquidas de 6,83%. O mercado externo apresentou um aumento de 50% comparado ao mesmo trimestre do ano anterior em razão da apreciação do dólar e a elevação das vendas para a Europa e EUA.

DESCRIÇÃO	1T2013	1T2014	Varição
Mercado de Montadoras	15.730	20.163	28,18%
Mercado de Reposição	11.335	12.109	6,83%
Mercado Externo	2.854	4.281	50,00%
<b>RECEITA LIQUIDA</b>	<b>29.919</b>	<b>36.553</b>	<b>22,17%</b>

**2 – CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS**

O custo dos produtos vendidos (CPV) no primeiro trimestre de 2014 atingiu R\$ 27.269 mil (R\$ 24.457 mil em 2013), representando 74,60% da Receita Operacional Líquida (81,74% em 2013).

Estes custos, comparativamente a ROL, continuam apresentando redução, a exemplo dos trimestres anteriores, devendo continuar nos trimestres seguintes em função do aumento dos volumes de produção e, também, decorrente dos trabalhos contínuos de redução de custos que estão em andamento.

DESCRIÇÃO	1T2013	1T2014
CPV	24.457	27.269
% s/ ROL	81,74%	74,60%

## Comentário do Desempenho

### 3 – DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais compreendem as despesas gerais, administrativas e comerciais, somaram R\$ 4.609 mil no 1º trimestre de 2014 (R\$ 4.441 mil em 2013), absorvendo 12,61% da receita operacional líquida (14,84% em 2013). Os esforços da Companhia no controle de suas despesas operacionais estão refletindo positivamente neste indicador.

DESCRIÇÃO	1T2013	1T2014
Desp. Operacionais	4.441	4.609
% s/ ROL	14,84%	12,61%

### 4 – EBITDA

No primeiro trimestre de 2014, o EBITDA atingiu R\$ 6.230 mil (R\$ 2.601 mil em 2013). Observa-se um aumento de 139,52% frente ao mesmo período de 2013, sendo reflexo melhora no desempenho comentado nos itens 2 e 3.

	1T2013	1T2014
(=) Lucro Operacional Bruto	5.462	9.284
(-) Despesas Gerais e Administrativas	-1.824	-1.932
(-) Despesas de Vendas	-2.931	-3.407
(-) Outras Despesas/Receitas	314	730
(+) Depreciação	1.580	1.555
<b>(=) EBITDA</b>	<b>2.601</b>	<b>6.230</b>

### 5 – RECEITA/DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras líquidas da empresa neste primeiro trimestre de 2014 atingiram R\$ 5.978 mil, representando 16,35% da ROL, contra R\$ 6.209 mil, do primeiro trimestre de 2013 representando 20,75% da ROL. A Cia vem empreendo esforços no sentido de reestruturar seu endividamento oneroso, buscando com isto redução nas despesas financeiras.

## Comentário do Desempenho

### 6 – LUCRO OPERACIONAL E RESULTADO LIQUIDO

Neste primeiro trimestre de 2014 a empresa apresentou um lucro operacional, desconsiderando-se os efeitos financeiros de R\$ 4.675 mil representando 12,79% da receita operacional líquida. Em 2013 o lucro operacional do primeiro trimestre foi de R\$ 1.021 mil, o que representa 3,41% sobre a receita operacional líquida.

O resultado líquido acumulado no primeiro trimestre de 2014 foi de R\$ 59 mil, contra R\$ 3.256 mil negativos de 2013.

### 7 – CICLOS FINANCEIROS – DIAS

Os ciclos financeiros em dias comparativos do 1º trimestre são como segue:

DESCRIÇÃO	1T2013	1T2014	Variação	
Prazo Médio de Recebimento	41	39	-	2
Prazo Médio de Pagamento	42	34	-	8

### 8 – INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Riosulense no primeiro trimestre de 2014 totalizaram R\$ 1.536 mil. Estes recursos foram destinados para aquisição de máquinas e ferramentais necessários a produção.

### 9 – RECURSOS HUMANOS

Em 31/03/2014, o quadro de colaboradores era de 1.136 contra 1.084 em 31/12/2013, mantendo assim o seu quadro de acordo com as necessidades da demanda.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações gerais

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 31 de março de 2014, a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 152.285 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 54.863, representando uma insuficiência de capital de giro de R\$ 97.422 (R\$ 93.994 em 31 de dezembro de 2013).

Apoiado no planejamento estratégico para os próximos anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Reestruturação do sistema de gestão produtiva: Aperfeiçoamento do controle interno do processo de planejamento da produção, treinamento dos profissionais, integração entre as áreas produtivas, harmonizando o fluxo de produção e gerando estabilidade dos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Ampliação da participação no mercado: Ampliação dos mercados e produtos já existentes e desenvolvimento de novos mercados e novos produtos, através das tecnologias disponíveis no parque fabril, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição.

c) Despesas financeiras: Alongamento do endividamento da Companhia através da captação de novas linhas de créditos, harmonizando as despesas financeiras e equilibrando o resultado da Companhia.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos.

A Administração também está fortemente focada no gerenciamento do fluxo de caixa com a renegociação das dívidas tributárias e de dívidas com instituições financeiras.

As informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2014 foram autorizadas para emissão de acordo com reunião com Conselho de Administração que ocorreu em 07 de maio de 2014.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As informações trimestrais apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Para melhor apresentação do fluxo de caixa, certos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2013 foram reclassificados, o montante não é representativo para as informações intermediárias.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas informações trimestrais, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

## Notas Explicativas

### 2.1 Transações em moedas estrangeiras

As informações trimestrais são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### 2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

#### a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.



## Notas Explicativas

### b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

### Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

### a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

### b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### 2.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço, e as variações no valor justo são registradas ao resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo não é mantido para negociação, e não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

### 2.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

### 2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos

## Notas Explicativas

não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

### 2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 2.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

### 2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### 2.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao

## Notas Explicativas

valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

### 2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

<b>Grupo patrimonial</b>	<b>Prazo</b>
Edifícios e dependências	33 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## Notas Explicativas

### 2.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

#### a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

#### b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 20% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

### 2.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

## Notas Explicativas

### 2.13 Empréstimos e financiamentos

#### Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

#### Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

#### Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro 2013 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

## Notas Explicativas

### 2.14 Provisões

#### Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.15 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

#### Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

## Notas Explicativas

- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

### 2.16 Impostos

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

#### Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.



## Notas Explicativas

### Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

<b>Impostos</b>	<b>Alíquota</b>
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	7,6%
INSS – Instituto nacional seguridade social	1%

### **2.17 Lucro (prejuízo) por ação**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

### **2.18 Novos pronunciamentos contábeis**

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 01 de janeiro de 2014:

IAS 32	<u>Compensação de ativos e passivos financeiros – Revisões da IAS 32</u> Esclarece conceitos e critérios de aplicação da norma.
IFRS 10 e outros	<u>Entidades de investimento (revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)</u> As revisões fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para entidades de investimento.
IFRIC 21	<u>Tributos</u> Clarifica o momento em que o passivo de tributos é registrado, quando o fato gerador é contingente.

## Notas Explicativas

IAS 39 Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de hedge  
Ameniza da descontinuação da contabilidade de hedge quando certos critérios são atingidos.

Os pronunciamentos acima mencionados, não trouxeram impactos para as demonstrações financeiras da Companhia.

### Pronunciamentos contábeis ainda não em vigor em 31 de março de 2014

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas informações trimestrais estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IFRS 9 Instrumentos financeiros  
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, trata da classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros conforme definido na IAS 39.

Não se espera que essas alterações causem impacto significativo sobre a posição financeira e desempenho da Companhia.

### **2.19 Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e Medida Provisória 627 (MP 627)**

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações intermediárias do período de três meses findos em 31 de março de 2014, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014

## Notas Explicativas

### 3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2013. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

## Notas Explicativas

### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos,
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) constituição de provisão para perdas nos estoques.

## Notas Explicativas

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	13	45
<b>Total de caixa e equivalente a caixa</b>	<b>13</b>	<b>45</b>

### 5. Aplicações financeiras

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	86	564
Fundo de liquidez – CDB	-	2
Títulos de capitalizações	10	25
<b>Total de bancos e aplicações financeiras</b>	<b>96</b>	<b>591</b>
Circulante	21	206
Não circulante	75	385

Em 31 de março de 2014 as aplicações financeiras estavam mantidas em CDBs, sendo remuneradas por taxas de 75% a 95% do CDI (75% a 95% do CDI em 31 de dezembro de 2013). Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

Em 31 de março de 2014 a Companhia possui um saldo de R\$ 86 bloqueado e mantido como garantia para os empréstimos contratados (R\$ 564 em 31 de dezembro de 2013).

## Notas Explicativas

### 6. Clientes

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Contas a receber de clientes mercado interno	23.384	17.304
Contas a receber de clientes mercado externo	5.496	4.998
<b>Total do contas a receber</b>	<b>28.880</b>	<b>22.302</b>
Provisão para devedores duvidosos	(2.012)	(2.012)
<b>Total de clientes</b>	<b>26.868</b>	<b>20.290</b>

<b>Contas a receber de clientes por idade de vencimento</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Títulos a vencer superior a 90 dias	563	571
Títulos a vencer até 90 dias	23.498	16.238
Vencidos em até 90 dias	1.508	2.016
Vencidos de 90 a 180 dias	334	473
Vencidos superior a 180 dias	2.977	3.004
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>28.880</b>	<b>22.302</b>

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

<b>Movimentação provisão para devedores duvidosos</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Saldo no início do exercício/período	(2.012)	(1.283)
Adições	-	(1.220)
Baixas	-	491
<b>Saldo no final do exercício/período</b>	<b>(2.012)</b>	<b>(2.012)</b>

### 7. Estoques

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Produtos acabados	8.694	10.009
Mercadorias para revenda	2.793	2.874
Produtos em elaboração	2.339	2.384
Matéria prima	5.278	5.122
Almoxarifado	4.978	4.205
Provisão para estoques obsoletos	(747)	(747)
<b>Total dos estoques</b>	<b>23.335</b>	<b>23.847</b>

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

<b>Movimentação Provisão para estoques obsoletos</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Saldo no início do exercício/período	(747)	(492)
Adições	-	(255)
<b>Saldo no final do exercício/período</b>	<b>(747)</b>	<b>(747)</b>

## Notas Explicativas

### 8. Impostos a recuperar

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
PIS a recuperar	479	467
COFINS a recuperar	1.773	1.708
ICMS a recuperar	1.717	1.876
IRRF a recuperar	119	117
<b>Total impostos a recuperar</b>	<b>4.088</b>	<b>4.168</b>
Circulante	3.969	4.051
Não circulante	119	117

### 9. Propriedades para investimento

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Terrenos mantidos para investimentos	13.678	13.678
<b>Total propriedades para investimento</b>	<b>13.678</b>	<b>13.678</b>

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por Companhia especializada e independente em 31 de dezembro de 2013.

No período findo em 31 de março de 2014, não houve variações significativas das premissas e, conseqüentemente, alteração do valor justo dos imóveis em relação à 31 de dezembro de 2013. Desta forma, não houve a necessidade de registrar ganhos/perdas ao resultado do período.

## Notas Explicativas

## 10. Imobilizado

	Terrenos	dependências	Edifício e	Máquinas e	Equipamentos	Móveis e	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
				de informática		utensílios			
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	10%	-	
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>34.952</b>	<b>20.195</b>	<b>57.347</b>	<b>532</b>	<b>410</b>	<b>385</b>	<b>4.962</b>	<b>118.783</b>	
Adições	-	-	1.513	38	20	1	5.060	6.632	
Baixas	-	-	(59)	-	-	-	(1.635)	(1.694)	
Transferências	-	1.497	1.646	76	80	52	(3.351)	-	
Depreciação	-	(638)	(5.303)	(178)	(90)	(93)	-	(6.302)	
Baixas da depreciação	-	-	9	-	-	-	-	9	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>34.952</b>	<b>21.054</b>	<b>55.153</b>	<b>468</b>	<b>420</b>	<b>345</b>	<b>5.036</b>	<b>117.428</b>	
Adições	-	-	616	20	15	7	845	1.503	
Baixas	-	-	-	-	-	(162)	(26)	(188)	
Transferências	-	8	193	-	8	-	(209)	-	
Depreciação	-	(166)	(1.286)	(42)	(23)	(22)	-	(1.539)	
Baixas da depreciação	-	-	-	-	-	39	-	39	
<b>Saldo em 31/03/2014</b>	<b>34.952</b>	<b>20.896</b>	<b>54.676</b>	<b>446</b>	<b>420</b>	<b>207</b>	<b>5.646</b>	<b>117.243</b>	

Nas informações intermediárias a depreciação foi registrada no resultado do período de três meses findos, sendo R\$ 1.503 classificadas como custos, R\$ 10 como despesas comerciais e R\$ 26 como despesas administrativas (R\$ 1.532, R\$ 12, R\$ 27, respectivamente para o período de três meses findos em 31 de março de 2013).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos. Baixas de imobilizado em andamento referem-se à venda de ferramental.



## Notas Explicativas

### 11. Intangível

	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Programas de computador</b>	<b>Total</b>
Taxa anual de amortização	-	20%	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>2</b>	<b>315</b>	<b>317</b>
Adições	13	213	226
Amortizações	-	(50)	(50)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>15</b>	<b>478</b>	<b>493</b>
Adições	8	25	33
Amortizações	-	(16)	(16)
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>23</b>	<b>487</b>	<b>510</b>

A despesa com amortizações totalizam R\$ 16, e foi registrada ao resultado como R\$ 9 em “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 2 como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 5 como “despesa administrativas” para o período de três meses findo 31 de março de 2014 (R\$ 6, R\$ 1, R\$ 2, respectivamente para o período de três meses findos em 31 de março de 2013).

### 12. Fornecedores

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Fornecedores de mercadorias	9.187	8.907
Fornecedores de serviços	2.512	2.002
<b>Total fornecedores</b>	<b>11.699</b>	<b>10.909</b>

**Notas Explicativas****13. Empréstimos e financiamentos**

<b>Modalidade</b>	<b>Juros mensal</b>	<b>Garantias</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Capital de Giro	1,27%+CDI e 185% do CDI	Duplicata/Hipoteca	35.037	36.149
ACC	9% ao ano	Aval	5.829	6.121
Conta Garantida	2,06% +CDI	Duplicata	1.508	1.622
Empréstimo	0,33% a 0,56% + TJLP	Hipoteca	4.203	4.463
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	1.967	2.093
Leasing	0,66% a 1,74%	Alienação Fiduciária	78	127
Prodec	4% ao ano		11.352	11.444
Limite	2,7% a 9,4% ao ano		193	395
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>			<b>60.167</b>	<b>62.414</b>
Circulante			34.424	34.567
Não circulante			25.743	27.847

<b>Por data de vencimento</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Em até 6 meses	27.888	27.075
De 6 meses a 1 ano	6.536	7.492
De 1 a 2 anos	11.371	12.521
De 2 a 3 anos	5.240	5.419
De 3 a 4 anos	6.477	6.110
Acima de 4 anos	2.655	3.797
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>60.167</b>	<b>62.414</b>

Os contratos mantidos com as instituições financeiras não apresentam cláusulas restritivas. ("Covenants")

**Notas Explicativas****14. Obrigações sociais e trabalhistas**

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Salários a pagar	2.680	1.939
Provisão de férias a pagar e 13 salário	4.732	4.022
INSS a recolher	37.164	35.405
FTGS a recolher	217	219
IRRF sobre salários recolher	5.465	5.394
Outros	437	313
<b>Total obrigações sociais e trabalhistas</b>	<b>50.695</b>	<b>47.292</b>

**15. Obrigações tributárias**

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
PIS	3.806	3.510
COFINS	18.939	16.627
ICMS	13.343	11.970
Outros	389	303
<b>Total obrigações sociais e trabalhistas</b>	<b>36.477</b>	<b>32.410</b>

**16. Parcelamento tributário**

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
PIS	1.249	1.229
COFINS	5.684	5.587
ICMS	2.697	3.363
INSS	12.450	12.253
FGTS	1.121	1.159
Outros	3.613	3.831
<b>Total parcelamento tributário</b>	<b>26.814</b>	<b>27.422</b>
Circulante	17.954	17.506
Não circulante	8.860	9.916

**Notas Explicativas****17. Imposto de renda e contribuição social***a) Imposto de renda e contribuição social corrente - conciliação com o resultado*

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Prejuízo antes dos impostos	(255)	(4.779)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	87	1.625
<b>Efeito sobre diferenças permanentes</b>		
Brindes	(6)	(4)
Propaganda	-	(36)
Multas	-	(62)
Outras diferenças permanentes	233	-
<b>Imposto de renda e contribuição social efetivo</b>	<b>314</b>	<b>1.523</b>
Imposto de renda corrente	(174)	-
Imposto de renda diferido	488	1.523

*b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos*

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSSL (i)	19.192	19.271
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	683	683
Provisão para estoque obsoleto	254	254
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	6.535	5.890
Provisão para demandas judiciais	1.147	1.147
Ativo diferido (Adoção CPC 04 - RTT)	-	11
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(470)	(464)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(17.062)	(17.213)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(3.559)	(3.337)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(3.976)	(3.976)
Reserva de reavaliação	(542)	(552)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido</b>	<b>2.202</b>	<b>1.714</b>

## Notas Explicativas

### (i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 56.459 (R\$56.690 em 2013) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 56.419 (R\$56.650 em 2013) em 31 de março de 2014, representando um crédito tributário de R\$ 19.192 (R\$19.271 em 2013). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela mesma, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Com base nesse estudo a Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSSL no montante de R\$19.192 (R\$19.271 em 2013),

A expectativa de realização é a que segue:

<b>Ano</b>	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Total</b>
2014	412	148	560
2015	357	128	485
2016	503	181	684
2017	876	315	1.191
2018	1.156	416	1.572
2019	1.733	624	2.357
2020	2.317	834	3.151
2021	2.630	947	3.577
2022	2.788	1.004	3.792
2023	1.343	480	1.823
<b>Total prejuízo fiscal realizável</b>	<b>14.115</b>	<b>5.077</b>	<b>19.192</b>

## Notas Explicativas

### 18. Provisão para litígios

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	<b>Trabalhista</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Tributária</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>395</b>	<b>1.984</b>	<b>1.270</b>	<b>3.649</b>
Constituição de provisões	825	-	1.163	1.988
Reversão de provisões	(278)	(1.984)	-	(2.262)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>942</b>	<b>-</b>	<b>2.433</b>	<b>3.375</b>
Constituição de provisões	-	-	-	-
Reversão de provisões	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>942</b>	<b>-</b>	<b>2.433</b>	<b>3.375</b>
Depósitos judiciais relacionados	(533)	-	-	(533)

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<b>31/03/2014</b>
Ações trabalhistas	1.672
Ações cíveis	5
Ações tributárias	1.288
<b>Total de perdas possíveis</b>	<b>2.965</b>

Cabe ressaltar que tais valores tem cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

## Notas Explicativas

### 19. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item "a", na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quais quer fundos.
- c) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.
- d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

#### b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, com saldo no montante de R\$43.150 em 31/03/2014 (R\$34.755 em 31/12/2013), que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No período de três meses findos em 31 de março de 2014, foram realizados o montante de R\$ 312 (R\$ 339 em 31 de março de 2013) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

### 20. Transações e saldos entre partes relacionadas

O acionista controlador da Companhia é o Sr. João Stramosk, o qual possui 90% das ações ordinárias e 34,72% das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	1.320	1.318
Pró-labore (Passivo circulante) (a)	580	549
Mutuo (Passivo circulante) (a)	23	64

- (a) Valores classificados respectivamente em obrigações sociais e trabalhistas e em outras obrigações.

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

## Notas Explicativas

A Companhia mantém contrato de representação comercial com acionista. No período de três meses findos em 31 de março de 2014 foram registrados R\$ 198 a título de comissão (R\$ 168 no período de três meses findos em 31 de março de 2013).

### Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 30.04.2013 e 30.04.2012 respectivamente, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	<b>Membros</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Conselho de administração	3	295	1.258
Diretoria administrativa	2	413	1.660
Previdência privada		1	6
		<b>709</b>	<b>2.924</b>

Em 31 de março de 2014 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGE.

Não há benefícios de longo prazo ou pós-emprego.

## 21. Receita de vendas

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Receita reposição/revenda mercado interno	20.828	17.693
Receita montadora mercado interno	24.235	20.417
Receita mercado externo	4.330	2.956
Receita venda sucata	22	51
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>49.415</b>	<b>41.117</b>
(-) Deduções e abatimentos	(446)	(600)
(-) Impostos sobre as vendas	(12.416)	(10.598)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>36.553</b>	<b>29.919</b>



## Notas Explicativas

### 22. Despesas operacionais, por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

<b>Despesas por natureza</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Custos dos produtos/serviços vendidos	(27.269)	(24.457)
Despesas com vendas e distribuição	(3.407)	(2.931)
Despesas gerais e administrativas	(1.932)	(1.824)
<b>Total despesas por natureza</b>	<b>(32.608)</b>	<b>(29.212)</b>

<b>Despesa por função</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Custos dos bens e serviços	(11.132)	(10.290)
Despesa com comissões	(1.420)	(1.182)
Despesa com fretes	(592)	(406)
Outras despesa com vendas	(292)	(233)
Despesa com folha de pagamento	(13.372)	(12.046)
Energia elétrica	(1.327)	(1.087)
Serviços de terceiros	(2.358)	(1.765)
Outras despesas administrativas	(560)	(623)
Despesa com depreciação e amortização	(1.555)	(1.580)
<b>Total despesas por função</b>	<b>(32.608)</b>	<b>(29.212)</b>

### 23. Outras receitas e despesas operacionais

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Recuperação de receita	611	325
Receita com venda de ativo imobilizado	33	6
Indenizações recebidas	-	24
Receitas diversas	217	10
Despesas diversas	(131)	(51)
<b>Total outras receitas e despesas</b>	<b>730</b>	<b>314</b>

**Notas Explicativas****24. Resultado financeiro líquido**

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial ativa	700	153
Empréstimos subsidiados	185	227
Juros recebidos	42	22
Descontos obtidos	30	6
Outras receitas financeiras	91	1
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>1.048</b>	<b>409</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Multa e juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.459)	(2.683)
Multa e juros sobre fornecedores	(113)	(368)
Multa e juros sobre impostos	(2.445)	(2.540)
Variação cambial	(875)	(423)
Descontos concedidos	(1)	(2)
IOF	(8)	(25)
Outras despesas	(77)	(168)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(5.978)</b>	<b>(6.209)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(4.930)</b>	<b>(5.800)</b>

**25. Lucro ou (Prejuízo) por ação**

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	<b>31/03/2014</b>	<b>31/03/2013</b>
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	59	(3.256)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
<b>Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$</b>	<b>0,10</b>	<b>(5,58)</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$</b>	<b>0,10</b>	<b>(5,58)</b>

## Notas Explicativas

### 26. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

**Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

**Aplicações financeiras:** Os Certificados de Depósitos Bancários são classificados como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Empréstimos e financiamentos:** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

**Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

**Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

**Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

#### a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas informações intermediárias de 31 de março de 2014 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

**Notas Explicativas**

	Moeda	31/03/2014	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
<b>Ativos</b>								
Contas a receber	US\$	2.429	2,40	334	3,00	1.792	3,60	3.249
<b>Passivos</b>								
Financiamentos	US\$	2.907	2,40	(398)	3,00	(2.142)	3,60	(3.887)
<b>Efeito no resultado</b>				<b>(64)</b>		<b>(350)</b>		<b>(638)</b>

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

**b) Risco de taxa de juros**

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

	Indexador	31/03/2014	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
<b>Aplicações Financeiras</b>								
CDB's		390	11,50%	45	14,38%	56	17,25%	67
<b>Financiamentos</b>								
Capital de giro/Financ.	CDI	42.645	11,50%	(4.904)	14,38%	(6.130)	17,25%	(7.356)
Badesc	TJLP	4.203	6,25%	(263)	7,81%	(328)	9,38%	(394)
Prodec	-	11.352	2,00%	(227)	2,00%	(227)	2,00%	(227)
Finep	-	1.967	5,00%	(98)	5,00%	(98)	5,00%	(98)
<b>Efeito no resultado</b>				<b>(5.447)</b>		<b>(6.727)</b>		<b>(8.008)</b>

**c) Risco de crédito**

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

## Notas Explicativas

### d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

### e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

### f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

### g) Derivativos

A Companhia, em novembro de 2010, contratou 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 194 mil, relativo aos juros de uma operação de crédito denominada Cédula de Crédito à Exportação (NCE), com o objetivo de mitigar riscos da desvalorização da moeda Real frente ao Dólar Norte Americano. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 875 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de março de 2014 restam 3 operações que representa o montante de US\$ 9 mil (R\$ 39 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas informações trimestrais. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia contratou outras 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 747 mil com o mesmo objetivo citado no parágrafo anterior. A Companhia vem reconhecendo a variação dos instrumentos financeiros no resultado do período. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 3.328 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de março de 2014 restam 6 operações que representa o montante de US\$ 263 mil (R\$ 1.348 mil). Os valores em Reais estão reconhecidos nas informações trimestrais.

## Notas Explicativas

### 27. Informação por segmento

Em função da concentração de suas atividades, descritas na Nota 1, Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de diferentes canais de distribuição e não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril é única para todos os produtos;

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita líquida e o custo por canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Reposição		Montadora		Exportação		Total	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receita líquida	12.109	11.335	20.163	15.730	4.281	2.854	36.553	29.919
Custos sobre vendas	(7.393)	(7.961)	(15.996)	(14.121)	(3.880)	(2.375)	(27.269)	(24.457)
Lucro ou (Prejuízo)	846	38	(320)	(2.358)	(467)	(936)	59	(3.256)

A receita do mercado externo e interno está demonstrada na Nota 21.

A Companhia possui 3 clientes que individualmente representam aproximadamente 39% das vendas os quais destacamos: i) Mercedes-Benz do Brasil Ltda; ii) International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda; e, iii) Scania Latin America Ltda.

Adicionalmente, a Companhia não controla seus ativos por segmentos de operação, bem como as despesas operacionais são gerenciadas de forma integrada.

## Notas Explicativas

### 28. Cobertura de seguros

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 200	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 80.000	De 18/03/2014 a 18/03/2015

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Metalúrgica Riosulense S.A.

Rio do Sul (SC)

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Metalúrgica Riosulense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e

apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

#### Nível de endividamento

Sem ressaltar nosso relatório de revisão sobre as informações trimestrais, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às informações trimestrais, que indica que, em 31 de março de 2014, o passivo circulante excede ao valor do ativo circulante em R\$ 97.422 mil. Essa condição, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores e a realização de seus impostos diferidos. Essas informações trimestrais foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 07 de maio de 2014.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC SP-015199/O-6 F-SC

Luis Carlos de Souza

Contador CRC- 1-SC 021.585/O-4





## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas às informações trimestrais em 31 de março de 2014 e períodos comparativos.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações financeiras relativas às informações trimestrais em 31 de março de 2014 e períodos comparativos e, concordou com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes.